

“Vamos pacificar, vamos integrar os índios e disponibilizar o território para colonização. Essa era a lógica do governo até a Constituição de 1988”: Entrevista com o antropólogo Aloir Pacini

Cleuza Regina Balan Taborda¹
Aumeri Carlos Bampi¹

DOI: <https://doi.org/10.20435/tellus.v26i55.1070>

1 LÓCUS, MOTIVAÇÃO DO DIÁLOGO E INFORMAÇÕES SOBRE ALOIR PACINI



Fonte: imagem cedida pelo entrevistado (2024)

A entrevista ocorreu no dia 03 de maio de 2024, junto ao Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus de Cuiabá, em Mato Grosso. Anteriormente entramos em contato com o Padre e Prof. Dr. Aloir Pacini, através de contato telefônico, e ele prontamente aceitou conceder a entrevista. No dia e horário agendado nos dirigimos à universidade e

¹ Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, Mato Grosso, Brasil.

nos deparamos com um espaço vazio, pois as atividades administrativas e pedagógicas estavam paralisadas em decorrência da greve dos profissionais técnicos administrativos. Contudo, o professor nos aguardava em sua sala, e nos recebeu com muito carinho.

O diálogo foi desenvolvido tendo como eixo central a Antropologia, a etnologia e os direitos territoriais dos povos indígenas brasileiros, pois, no seu percurso acadêmico – e dentro da Linha de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social PPGAS – suas produções envolvem os seguintes temas: Etnicidades, Territorialidades e Cosmologias. Tais temáticas foram os fatores que nos motivaram a realizar a interlocução, visto que desenvolvemos uma pesquisa voltada para as transformações socioambientais decorrentes do processo histórico de ocupação capitalista da região do Vale do Arinos, situada a Noroeste de Mato Grosso.

Este espaço estava ocupado por várias comunidades indígenas de etnias diversas (Kayabi, Apiaká, Tapayuna e Rikbaktsa). Porém, com o avanço da fronteira de exploração de recursos (terra, floresta, minérios), as populações indígenas habitantes de territórios ancestrais sofreram drásticas interferências. A partir do processo que o governo e empresas imobiliárias denominavam “colonização”, as comunidades originárias viram seus espaços de vida diminuírem, obrigando-se a viver em áreas demarcadas pelo Estado. No caso dos Tapayuna, que viviam na região, seu território foi demarcado, mas posteriormente foi extinto via decreto, depois de a população ter sido praticamente dizimada. Os Tapayuna que sobreviveram aos massacres foram transferidos para o Parque Indígena do Xingu há 469 km de distância e em realidade ambiental e sociocultural diversa. Seu território ancestral foi usurpado e disponibilizado para a colonização privada.

É neste contexto que adentra o conhecimento do antropólogo, professor e pesquisador Aloir Pacini, um dos pesquisadores conhecedores do processo ocorrido. O mesmo é padre jesuíta, graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais e em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. É mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - Museu Nacional e doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com pós-doutorado junto à Universidade Federal de Pelotas. Atua como professor Associado I, junto ao Departamento de Antropologia -

Instituto de Ciências Humanas e Sociais e no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da UFMT. Possui experiência na área de Antropologia, com ênfase na Etnologia Indígena (pesquisas com os povos Chiquitanos, Rikbaktsa, Manoki, Apiaká, Kawaiwete (Kayabi), Bóe (Bororo), Xavante, Haliti (Pareci), Kysedje (Tapayuna e Suyá) Terena, Guarani etc.), nas Comunidades Tradicionais e Quilombolas (Currículo do sistema currículo Lattes de Aloir Pacini, 2024).

2 A ENTREVISTA

Entrevistadores: Inicialmente, professor Aloir Pacini, gostaríamos de agradecer sua atenção e gentileza em nos receber. É possível observar, pela análise de seu currículo, que a Etnologia Indígena envolvendo questões étnicas e territoriais sempre fez parte de suas pesquisas, desde o seu mestrado com a pesquisa denominada: Pacificar - Relações Interétnicas e territorialização dos Rikbaktsa e, posteriormente, no doutorado: Identidade Étnica e Território dos Chiquitano na Fronteira (Brasil-Bolívia)². Como surgiu o interesse pelo campo da Antropologia e etnologia indígena?

Aloir Pacini: *O meu caminho, ele é o caminho dentro da congregação dos jesuítas. Então, eu sou fruto dessa tradição, da vinda dos jesuítas ao Mato Grosso, e que receberam a Prelazia de Diamantino, essa região norte do Mato Grosso toda, para acompanhar as populações dessa região. Diamantino, em 1929, era uma vila de dois mil habitantes e todo o restante eram territórios indígenas. Então, quando eu me tornei jesuíta, eu fui alimentando essa possibilidade de vir para essa região do Mato Grosso, sabendo que os jesuítas aqui tinham esse trabalho com os povos indígenas. Eu sou de uma região do Sul do Brasil, que tem muito presente as Missões dos Guaranis. Depois eu conheci as Missões dos Chiquitanos, aqui em Mato Grosso, por ocasião do doutorado mais profundamente. E a questão da territorialização dos indígenas é uma questão muito forte. São territórios que foram sendo tomados pelos europeus, de modo mais genérico, aqui no Brasil pelos franceses, portugueses, holandeses, na América Espanhola, pelos espanhóis e, lá na América do Norte pelos ingleses, franceses também. Então, essa ocupação não é tranquila, ela é uma ocupação que tem rastros de colonização, de muito sofrimento, e as ideologias associadas: a de que eles não são sujeitos de direitos,*

² Pacini (2012).

não são cidadãos, como nós somos cidadãos, não são cristãos. São essas ideologias que vão sustentar a escravização e a tomada do território dessas populações. Essa percepção para mim sempre foi muito dramática, e eu acho que nós, como sociedade, precisamos reconhecer o lugar dessas populações como populações originárias, como aqueles que estiveram primeiro no lugar. Dentro de um sistema de educação sistêmica, que eu também me associo, se a gente não der a reverência para os nossos antepassados, para os nossos pais, avós, tataravós, para essas populações que chegaram primeiro, se a gente não pedir licença, que é uma atitude muito própria dos indígenas, pedir licença para ocupar o território do outro, vai chegando e vai matando e vai tomando, nós não vamos constituir uma nação próspera, uma nação feliz, e precisamos desse caminho. Então, é dentro desse largo espaço que eu me coloco, sempre no sentido de pensar os direitos tradicionais dessas populações ao seu território.

Entrevistadores: Em que ano foi sua chegada em Mato Grosso?

Aloir Pacini: *Eu vim em 1998, mas, um ano antes, fui até Juara, MT. Fiquei lá com o padre Cláudio Lehnen, junto aos Apiaká e Munduruku, e no ano seguinte eu fui conhecer os Rikbaktsa. Então em 1998, eu já fui para morar com os Rikbaktsa, morei com eles por dois anos. Eu tinha feito a filosofia e pensei: vou ficar com os indígenas para eu aprofundar um pouco mais essa convivência. Foi muito forte para mim, esses dois anos. Porque a história deles também é uma história muito dramática. E aí eu fiquei lá morando com eles, participava das atividades deles. Após este período, voltei para fazer Teologia. Neste período eu ainda não era padre, era só jesuíta. Ou seja, eu era um estudante. Então voltei para fazer teologia já com essa sensibilidade voltada aos povos indígenas. Meu Trabalho de Curso na teologia foi focado nessa questão religiosa, indígena. Logo em seguida, já fui para o mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Museu Nacional. Lá o João Pacheco de Oliveira me ajudou muito. Ele foi muito bom, porque ele tem uma percepção que eu admiro muito. Porque havia muito questionamento: “Ah, não são mais índios, porque se misturaram. Ah, não tem mais direito ao território.” E o João Pacheco de Oliveira vai mostrando que o processo histórico, as situações históricas que as populações vivem têm que ser levadas em conta. Você não pode pensar o indígena lá de 1500, se você está em 2017, 2023, 2024. São outros critérios que têm que ser levados em conta para considerar uma população indígena. E a Constituição de 1988 diz assim: indígena é quem se considera, quem*

“Vamos pacificar, vamos integrar os índios e disponibilizar o território para colonização. Essa era a lógica do governo até a Constituição de 1988”: Entrevista com o antropólogo Aloir Pacini

vive numa comunidade indígena e é reconhecido pelos demais como indígena. Então, não sou eu, branco, de fora, que vou dizer: “Ah, ele é índio e o outro não é índio”. Porque, às vezes, a gente vai dizer isso com interesses.

Entrevistadores: Professor, como foi a sua trajetória após o doutorado e a pesquisa em desenvolvimento denominada “A Volta dos Tapayunas”³?

Aloir Pacini: *Então, eu fiz um projeto de pesquisa aqui na UFMT, porque os Tapayunas vieram do Xingu me procurar, aqui na universidade, dizendo que eles queriam voltar para o território deles. E aí eu me senti na obrigação de fazer uma pesquisa voltada para esse caso. Eu já havia trabalhado no Museu vários anos e a gente teve contato com muitas etnias aqui no Mato Grosso. Os Tapayunas vieram com esse objetivo específico. Eles vieram me procurar e disseram: “Aloir, nós queremos que você pesquise a nossa situação, que você vá atrás!” E aí nós tínhamos, sobre os Tapayunas, um arquivo muito interessante da Missão Anchieta. E uma parte desse arquivo tinha ficado com o Darci Luiz Pivetta. Ele era jesuíta e tinha deixado de ser. Ele tinha a intenção de fazer um estudo sobre os Tapayunas. Ele tinha esse material na casa dele, quando fez sua passagem. Ele faleceu com esse material na casa dele. E esse material ficou na OPAN, na Operação Anchieta, que depois virou a Operação Amazônia Nativa. Então, a gente queria ter acesso a esse material. Assim, fizemos um projeto e a digitalização desse material, pois é um material muito interessante que está lá na OPAN. Eles têm um tipo de arquivo e biblioteca na Operação Anchieta. Tinha a Missão Anchieta, que eram os jesuítas, as irmãs religiosas, que faziam a Missão Anchieta. E aí se criou um braço leigo, um braço de voluntários leigos, que se tornou essa Operação Anchieta, nos moldes, um pouco, da Operação Rondon, mas uma coisa também misturada. E esse material é um material que eles publicaram agora num livro. O Paulo Delgado, daqui da UFMT, escreveu um artigo. O Elias Bigio foi quem coordenou o trabalho da publicação. E então eu fiz esse projeto, fiz a pesquisa do material da Missão Anchieta - MIA. Eu não pesquisei lá, porque eu não tive acesso a esse material de lá. Mas como eu fiz o projeto e estava fazendo um pós-doutorado no Sul (Rio Grande do Sul), eu escrevi aquele artigo. Porque tinha um orientando meu, aqui na UFMT, que tinha entrado para estudar os Enawenê Nawê no tempo da pandemia. Ele não tinha como ir para a aldeia. Eu disse: “Edinei, melhor você fazer uma*

³ Pacini (2021).

pesquisa documental. E eu tenho um material valiosíssimo, esse material, que eu pedi para o Patrimônio da União, que é todo o Processo, o arquivo da criação, em 1968, da Terra Indígena Tapayuna. E, em 1976, a extinção desse território. Então, esse período está registrado, está documentado, é um material inédito. E você pode fazer um trabalho bonito, necessário e útil para a nossa compreensão dessa situação". E aí, então, ele fez⁴.

Entrevistadores: O senhor poderia falar sobre a história envolvendo os Tapayuna e a perda de seu território ancestral na região do Rio Arinos? Quais foram os fatores determinantes?

Aloir Pacini: *Eu não vou ser tão preciso como no texto que eu escrevi. Mas, olhando, o Brasil estava avançando sobre a Amazônia. Foi um período em que o Estado do Mato Grosso queria expandir-se sobre esses territórios indígenas. Então, é muito dramática a situação daquela região, com a criação da Gleba Arinos, na expansão para o Arinos. Isso não quer dizer que antes a sociedade brasileira não tivesse se expandido para aquela região. Porque nós tivemos, em 1909, e em 1911, dois massacres de Apiaká, lá no Salto Augusto, que era uma alfândega. Então, o contato para essa região vinha pelo Tapajós ou pelo Guaporé, pelo Rio Madeira. É uma região que tinha esse contato pelos rios. É diferente de hoje. Hoje tem estradas e naquele tempo, então, essa expansão no Rio Arinos, de uma forma mais colonizadora, estava sendo acompanhada também com a expansão da Seringa e tudo mais. Então, foi um momento único. E os Tapayunas, eles sofreram enormemente essa expansão, porque eles foram hostis ao extremo. Eles atiravam flechas nas barcas que passavam no Rio Arinos. Porque eles não queriam o contato com a nossa sociedade. E aí tem um barqueiro que é Apiaká, que narra esses momentos. Ele fez até alguns contatos pacíficos. E tem os jesuítas que também foram procurar fazer esses contatos. O padre Adalberto foi flechado (ferido). Então, é uma história dentro dessa grande Prelazia de Diamantino que estava acontecendo no momento de tensões com os povos indígenas. O caso específico da minha pesquisa, ela é até bastante superficial, no sentido que a Daniela Lima⁵ fez um trabalho muito mais aprofundado. Quando ela veio pesquisar no*

⁴ Stetiski (2023).

⁵ Daniela Batista de Lima (2012, 2019) desenvolveu pesquisas com os Tapayunas, que resultaram em sua dissertação de mestrado e tese de doutorado.

“Vamos pacificar, vamos integrar os índios e disponibilizar o território para colonização. Essa era a lógica do governo até a Constituição de 1988”: Entrevista com o antropólogo Aloir Pacini

arquivo, teve acesso a todo o material que a gente tinha da Missão. Então, ela fez um doutorado sobre o assunto. Ela tem uma pesquisa muito mais profunda. Mas eu acompanhei e tem um texto que eu acho muito bonito, em que eu faço uma análise do diário desse momento anterior ao deslocamento deles para o Xingu. É o Diário que os jesuítas fizeram quando reuniram forças para salvar os Tapayuna do extermínio. Eram mais ou menos 1.000, 1.200 Tapayuna. Restaram 41. E aí, nem a FUNAI tinha forças para esse trabalho. Então, a FUNAI diz aos jesuítas: “Vocês estão mais preparados!” E então, os jesuítas contrataram enfermeiros, pessoas práticas, e foram para lá, montaram acampamento, construíram casas para curar os que estavam doentes. E, de fato, fizeram um trabalho muito eficiente, porque não morreu mais ninguém daqueles que restavam ali. Conseguiram, então, os salvar. Mas o desfecho foi a decisão da FUNAI de levá-los para o Xingu. E, claro, o que está por trás é a expansão colonizadora, porque era um território que estava ali. E os que tinham pretensões nesse território estavam pressionando o governo para tomar esse território indígena. E a gente, olhando no SPU, no Serviço do Patrimônio da União, estava todo loteado já. Assim, o governo do Estado do Mato Grosso loteava os territórios indígenas porque tinha essa pretensão: “Nós vamos pacificar, vamos integrar os índios e disponibilizar o território para colonização.” Essa era a lógica do governo até a Constituição de 1988. Então, SPI, FUNAI, eles seguiram essa lógica: “Você amansa o índio, coloniza a região, disponibilizando para a iniciativa privada”. Porque considerava-se o índio como um estorvo, como um atrapalho para o desenvolvimento do país.

Entrevistadores: Como foi articulada a transferência dos Tapayuna para o Xingu e quais as consequências desse processo?

Aloir Pacini: *O Irmão Vicente Cañas, no final desse Diário que eu analisei⁶, diz: “Olha, eu não tenho nada a ver com isso!”, porque ele não tinha autoridade para dizer que não vai ser transferido. Era uma decisão da instituição, do governo com a FUNAI. Poderia “armar um barraco”, sei lá, fazer um escândalo, mas eu acho que não ia adiantar nada. Porque na mesma hora que o caminhão estava trazendo os Tapayunas para embarcar no avião da Força Aérea Brasileira (FAB) que os levariam para o Xingu, as colonizadoras, o pessoal já estava indo com os caminhões para lá, para ocupar o território. Então, era assim, eles estavam articulados para ocupar o*

⁶ Pacini (2015).

território dessa população. Deste modo, eu não sei se teria sido possível reverter o processo naquele momento. Dado que a gente estava num governo militar, quem mandava eram os militares, e eram muito frágeis todas as iniciativas contrárias ao que o governo militar decidisse.

Entrevistadores: Nosso questionamento baseia-se no fato que as outras populações indígenas permaneceram na região, embora fragilizadas, mas não tanto quanto os Tapayuna. Porém, ao contrário do que ocorreu com as outras populações indígenas que viviam na região, os 41 Tapayunas sobreviventes foram simplesmente retirados do seu território ancestral, ou “desterrados” como diz Daniela Lima. Seria por que, na concepção dos grupos econômicos e políticos no poder, “havia muita terra para poucos índios”?

Aloir Pacini: *Sim, essa era a lógica deles. E eles achavam que era uma população muito próxima dos Kĩsêdjê do Parque do Xingu. Mas eles são de uma mesma raiz, linguística até, porque foram por muito tempo separados. Então, é uma coisa que hoje, antropológicamente, não se sustenta. Você não pode desmerecer um histórico longo de separação, os motivos porque esse grupo se separou há tantas centenas de anos atrás, e achar que são iguais. Não tem lógica. E no caso do povo Tapayuna, eles estavam fragilizados, eles não sabiam muito bem que estavam sendo transferidos, que eles não poderiam voltar depois. Eles foram para lá (Xingu) meio iludidos, eles estavam conhecendo o nosso mundo, viajar de avião seria uma novidade, ver algumas pessoas diferentes. Um deles tinha sido levado para o Rio de Janeiro, e posteriormente para o Xingu, para conhecer o lugar. E ele veio falando com os parentes ali, “olha, tem gente que são nossos parentes antigos”. E, provavelmente, ele foi falando e criou curiosidade nos Tapayunas. Mas não era claro, isso as pesquisas mostram, que eles não estavam conscientes de que eles iam para lá como transferência compulsória e não iam voltar. E sempre é forte, porque o lugar aonde você vai sepultando os seus falecidos, isto tem um vínculo emocional, um vínculo de pertença àquele lugar. Eles jamais aceitariam ser transferidos sem a perspectiva de voltar. Porque eles tinham sepultado a maior parte dos seus filhos, maridos, esposas, pais, tudo estava sepultado ali, nesse território.*

Entrevistadores: Professor, que tipo de relação poderia ser estabelecida entre o processo de colonização, iniciada em Porto dos Gaúchos, pela CONOMALI, em 1955, com a perda de território pelos Tapayunas. Há alguma relação?

Aloir Pacini: *Toda ligação. É assim, na verdade, o governo fazia campanha, fazia propaganda: “Olha, no Mato Grosso tem terra”, falando para os colonos lá de Santa Catarina, Santa Rosa, no Rio Grande do Sul. Então, era um projeto de governo, A **Marcha para o Oeste** é um projeto de governo, “é integrar para não entregar”⁷. Dessa forma, os governos estavam nessa perspectiva de entregar esses territórios indígenas para iniciativa privada. Como isso aconteceu é dramático, no sentido que desconsideraram essas populações indígenas como os legítimos donos desses lugares. E a ideia era essa: “Nós vamos amansar, aqueles que morrerem de doença, ótimo”. Essa era a lógica que eles tinham, e vamos ocupar esses territórios, porque a Amazônia é grande demais, ela está sem população, nós precisamos ocupar e explorar. Então, explora primeiro com garimpo, com seringa, tira madeira e produz gado, agora soja, e a lógica segue mais ou menos a mesma. E essas populações indígenas eram vistas como estorvo; “É um estorvo!” Como é estorvo também o animal, porque a lógica é um pouco isso, “esses ambientalistas que querem preservar o macaco, a anta, a onça...”, é a lógica nossa. Mas essas populações, se a gente for olhar, elas têm direito a esse território, porque chegaram antes. E aí, como antropólogo, a gente faz estudos sérios para designar, para pensar qual é o território que é devido a essa população. Então, não é uma coisa de militância política, é um estudo científico que é feito, há todo um trabalho a ser realizado para pensar que esses territórios podem ser úteis à nação do Brasil sem ser entregue à iniciativa privada. Eles podem ser ocupados por populações de uma forma muito mais criativa e bonita. Então, esses processos têm que ser considerados. Este é um caminho que a gente tem feito na antropologia, na etnologia indígena.*

Cleuza Regina: Eu recordo que quando minha família chegou em Juara no início da década de 1980, havia a concepção de que era preciso derrubar toda a floresta para chegarmos ao desenvolvimento. A floresta era sinal de atraso e não desenvolvimento. E hoje, já temos, em parte, uma concepção diferenciada desta.

⁷ O lema demonstra a visão integracionista presente tanto no pensamento do programa Marcha para o Oeste quanto nos governos militares, expressa na Doutrina de Segurança Nacional. Ao defenderem a ocupação e integração econômica capitalista no interior brasileiro – sobretudo da Amazônia – como estratégia de soberania, essas políticas buscaram legitimar projetos de colonização e desenvolvimento agropecuária e de extrativismo com fortes impactos socioambientais. Houve assim mudanças profundas no ordenamento territorial, que afetaram tanto os povos indígenas quanto o bioma Amazônia, como no caso do Noroeste mato-grossense.

Aloir Pacini: *Eu estive lá no Xingu, para a demarcação das terras do Wawi, e era impressionante. Os colonizadores que foram para lá, disseram que o governo os enganou, uma vez que o governo dizia que tudo o que eles derrubassem de mata, ficaria para eles, mas, eles tinham que derrubar. Olha a lógica. E aí pegavam dois tratores, correntões, derrubavam e botavam fogo. Derrubavam tudo e botavam fogo. Uma lógica totalmente equivocada, destrutiva. Não tem sentido um negócio deste. E era o governo quem incentivava isso.*

Entrevistadores: O processo que se iniciou com a *Marcha para o Oeste*, atingiu vários povos indígenas no Mato Grosso. No contexto da região noroeste de Mato Grosso, como foi o trabalho da Prelazia de Diamantino, no cuidado com os povos que estavam nessa zona de interferência?

Aloir Pacini: *Então, a Prelazia de Diamantino ela tem uma percepção, que é de época também, é dos anos 60. Antes disso ela estava na dinâmica mesmo da colonização até o Concílio Vaticano II. Mas, se você quiser pesquisar dentro da dinâmica da própria Igreja, até hoje tem muita gente que briga com o Concílio Vaticano II, e com o Papa Francisco, porque quer voltar à Igreja antiga que abençoava o colonizador, a invasão e tudo mais. Mas com o Concílio Vaticano II fomos aprendendo outras dinâmicas de respeito ao diferente. E fomos percebendo que é muito valioso conviver com o diferente. A Prelazia de Diamantino tinha muitos missionários que estavam trabalhando com essas populações indígenas e viram que era necessário, - em vez da gente criar os indígenas levando-os para o Utiariti no internato, para torná-los brancos integrá-los na nossa sociedade -, era necessário retornar aos aldeamentos antigos deles e entrar no processo de demarcação das suas terras. E foi isso que aconteceu. Então os Rikbaktsa retornam e, junto com eles, foram alguns jesuítas e algumas Irmãs. Os Kayabi também retornaram para suas terras e junto deles foi o Padre João Dornstauder. Os Apiaká e Parecis também retornaram. Houve uma decisão. Esta foi uma decisão estratégica de sobrevivência dos povos indígenas também. Isso aconteceu em 1968. Os jesuítas passaram a morar lá nas aldeias, sob ordens das lideranças das comunidades indígenas. Eles moravam lá nas aldeias, mas os processos decisórios eram exercidos pelos caciques. O padre estava lá como um servidor. Quando estavam lá no Utiariti, quem decidia eram os padres e as irmãs: “É hora do café é a hora da comida.” Em uma dinâmica colonizadora. Essa outra dinâmica é diferente.*

Entrevistadores: Como tem se dado o acompanhamento e análise da equipe do projeto em relação ao processo de retomada do território originário Tapayuna?

Aloir Pacini: Em relação à retomada do território Tapayuna, eu estive participando do Acampamento Terra Livre e ali estavam os Tapayunas, lá do Xingu, e eles falaram comigo. “Olha Aloir, nós queremos voltar!” Eles sempre que me encontram falam que “nós queremos voltar para o nosso território no Arinos”. Então, eles estão com essa vontade, uma porque eles não se deram bem lá no Xingu. Lá eles foram oprimidos, pois eram minoria e eles não foram bem-sucedidos no sentido: “Não era um território só para eles, os outros que estavam lá eram os que estavam lá primeiro, né?” Então esse cuidado a gente tem que ter. Então eles acham que se voltarem para o Arinos, eles vão ter de novo aquela liberdade, aquele modo de se organizar como era antes. Então esse desejo permanece.

Entrevistadores: Como está atualmente o processo jurídico em relação ao território Tapayuna?

Aloir Pacini: *Esse processo jurídico é bem complexo, porque eu sei que precisa vontade política e nós temos um governo federal fragilizado, bastante fragilizado. A bancada daqui do Mato Grosso é totalmente contrária a essa possibilidade: os governos municipais, governo Estadual e os políticos que nós temos, com raros casos, são totalmente contrários a esse retorno dos Tapayunas. Então, politicamente a gente não tem força para isso. Pelo menos é o que eu observo no momento. E aí é um jogo, também. Como isso vai se dar não posso nem imaginar.*

Entrevistadores: E como analisa a situação frente à aprovação da Lei Ordinária nº 14.701/2023, a lei do marco temporal e a situação no Supremo Tribunal Federal e Congresso?

Aloir Pacini: *Este artifício de pensar um marco temporal, os indígenas, desde o início bateram de frente, porque eles dizem que nós não existimos no Brasil só a partir da Constituição, nós estamos no Brasil desde antes de 1500 também. Então temos que pensar de uma forma menos simplória este processo. E pensar nesse processo é pensar nesses casos concretos. Se esse indígena foi retirado por uma circunstância histórica do seu território tradicional, não é agora que ele vai ser penalizado, não vai poder voltar de jeito nenhum porque ele foi retirado daquele lugar no momento histórico. E aí, claro, algumas pessoas criam o caos: “Ah então*

vamos entregar todo o país para os indígenas!” Os indígenas não estão pedindo todo o país, eles estão pedindo alguns lugares de onde eles foram tirados de forma compulsória, sem o consentimento deles, como foi o caso dos Tapayuna, ali do Arinos. Eles foram realmente enganados. E seria muito bom para o Estado, seria benéfico para o nosso bem-estar, imemorial até. E a gente poder dizer: “Olha, nós fizemos justiça com essa população.” Porque não é lógico que a gente tome todo o espaço deles e diga: “Não, agora vocês não estão mais aqui, vocês podem ficar lá no Xingu, mesmo sofrendo, mesmo não conseguindo se integrar naquela sociedade.” E aí claro, o Congresso faz pressão no Supremo Tribunal que é o Guardião da Constituição, que foi claro ao afirmar que este argumento do marco temporal é inconstitucional. Porque a Constituição diz que nós temos que regularizar as terras tradicionais dos povos indígenas, não está dizendo qual a data. Então é obrigação do Estado conhecer e reconhecer. Portanto, não é constitucional essa argumentação do marco temporal.

Entrevistadores: Que consideração faz sobre a questão do Marco Temporal e a continuação da colonização sobre os povos originários?

Aloir Pacini: *Nós sabemos que a colonização é um processo que não se desfaz facilmente. E a gente, às vezes, até cria mecanismos que são colonizadores ao contrário. Às vezes não queremos que o índio tenha acesso à universidade, tenha acesso ao celular, aos benefícios da nossa sociedade. Aí ele tem que viver em uma redoma, lá no mato, caçando e pescando, que é uma colonização ao contrário também. Temos que ter um bom senso, para que ele possa escolher o tipo de vida que deseja, quando é uma escolha comunitária, não forçada, não induzida, enganada. Eu acho que todas as pessoas e comunidades têm que ter esse direito. E, nesse caso do marco temporal, eles precisam ser consultados, de uma forma esclarecida e informada sobre os seus processos. Não somos nós que vamos dizer para eles o que eles desejam. Eles têm que dizer a nós, à nossa sociedade ou ao Estado brasileiro, que tem a obrigação de reconhecer esse direito deles de escolherem. E é isso que eu sinto que vai fazer bem para nossa sociedade também.*

Entrevistadores: Professor, nós agradecemos imensamente sua atenção.

Aloir Pacini: *Eu creio que as pesquisas são sempre muito importantes, isto vai auxiliar na compreensão das pessoas. Então, não há nenhuma vaidade nas pesquisas,*

“Vamos pacificar, vamos integrar os índios e disponibilizar o território para colonização. Essa era a lógica do governo até a Constituição de 1988”: Entrevista com o antropólogo Aloir Pacini

“o meu índio, a minha pesquisa”. Não, o conhecimento faz bem para todos nós. A ignorância leva a um tipo de postura fanática. Posturas equivocadas de ódio ao índio. Eu fui convidado para uma atividade no Cese⁸, que eu até estou preparando o texto. Eles estão olhando o fanatismo religioso associado ao fanatismo político, mostrando como uma coisa fecunda a outra e é a ignorância que faz isso. Porque a ignorância deixa a pessoa fanática, capaz de fazer absurdos, querer matar o outro, achar que o índio tem que ser morto, eliminado, que é bom para o desenvolvimento se ele vai desaparecer. Que ignorância é essa?

REFERÊNCIAS

LIMA, Daniela Batista de. *Transformações, xamanismo e guerra entre os Kajkwakratxi (Tapayuna)*. 2019. 515f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília (UnB), DF, 2019.

LIMA, Daniela Batista de. *“Vamos amansar um branco para pegar as coisas”*: elementos da etnohistória kajkwakratxi-jê (Tapayuna). 2012. 169f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília (UnB), DF, 2012.

PACINI, Aloir. A Volta dos Tapayunas (Kajkwakratxi). *Pesquisas, Antropologia*, São Leopoldo, n. 76, p. 163-209, 2021.

PACINI, Aloir. *Identidade Étnica e Território dos Chiquitano na Fronteira (BRASIL-Bolívia)*. 2012. 634f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.

PACINI, Aloir. Diário de Campo de um indigenista missionário: Vicente Cañas (1939-1987). *IHS. Antiguos jesuitas en Iberoamérica*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 130-149, 2015.

STETISKI, Edinei. *A (des)territorialização do povo Kajkwakratxi (Tapayuna) na região do rio Arinos*. 2023. 144f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, 2023.

⁸ Trata-se da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), criada em 1973 composta por seis igrejas cristãs. Essa organização representa o compromisso do movimento ecumênico em defesa dos direitos humanos, da democracia, da laicidade e do bem viver.. Fonte: <https://cese.org.br/a-cese/>

Sobre os autores:

Cleuza Regina Balan Taborda: Doutoranda em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Mestra em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professora assistente da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). **E-mail:** cbalan@unemat.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-7375-6093>

Aumeri Carlos Bampi: Pós-doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Santiago de Compostela (USC), Espanha. Professor livre-docente da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), atuando na Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem e nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Geografia. **E-mail:** aumeri@unemat.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-3410-9376>

Recebido em: 28/08/2024

Aprovado para publicação em: 22/02/2026